



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016
3. REQ. N. 1531/16, DATADO DE 07/09/2016 – PC N.º 367/16, DATADO DE 07/09/2016 – TAUTI - TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES PARA PLÁSTICO LDA
4. REQ. N. 1690/16, DATADO DE 10/10/2016 – PC N.º 350/16, DATADO DE 29/08/2016 – TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA.
5. REQ. N. 1736/16, DATADO DE 14/10/2016 – PC N.º 385/16, DATADO DE 16/09/2016 – DIAMANTINO MANUEL DUARTE CALADO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
6. REQ. N. 1606/16, DATADO DE 21/09/2016 – PC N.º 411/15, DATADO DE 05/11/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES

7. REQ. N. 1580/16, DATADO DE 15/09/2016 – PC N.º 384/16, DATADO DE 15/09/2016 – ANA ACACIA LEAL SILVA E TIAGO FETEIRA ROLO
8. REQ. N. 1771/16, DATADO DE 19/10/2016 – PC N.º 313/15, DATADO DE 04/09/2015 – ERNESTINO GOMES
9. REQ. N. 1686/16, DATADO DE 07/10/2016 – PC N.º 51/16, DATADO DE 08/02/2016 – RICARDO NUNO MARQUES DE MATOS
10. REQ. N. 1821/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 259/14, DATADO DE 18/07/2014 – MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS
11. REQ. N. 1822/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 455/16, DATADO DE 26/10/2016 – EDP-DISTRIBUICAO DE ENERGIA,SA
12. REQ. N. 1820/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 189/10, DATADO DE 21/09/2010 – SILVASTEC - MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.
13. E/8526/2016 – DENUNCIA – ESTADO DE DEGRADAÇÃO E ABANDONO DE MURO NA RUA DAS AMOREIRAS, S. PEDRO DE MOEL – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA
14. REQ. N. 669/16, DATADO DE 27/04/2016 – PC N.º 155/16, DATADO DE 27/04/2016 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
15. REQ. N. 1812/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 211/15, DATADO DE 19/06/2015 – MLRZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.
16. REQ. N. 1813/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 303/15, DATADO DE 27/08/2015 – MLRZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.
17. REQ. N. 1279/16, DATADO DE 27/07/2016 – PC N.º 364/2016, DATADO DE 27/07/2016 – LEIRIDIESEL – COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, S.A.
18. E/6136/2016 - SOLICITA A MARCAÇÃO DE ESTACIONAMENTO PARA CARGAS E DESCARGAS PERTO DA SUA LOJA, SITA NA RUA PIRES DE CAMPOS Nº 66-A - VIEIRA DE LEIRIA - MARIA DE LURDES RIBEIRETE VAZ
19. E/6589/2016 - PEDIDO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO POR TER NECESSIDADE CONSTANTE DE PRESTAR APOIO À FAMÍLIA COM INCAPACIDADE - FRANCISCO PLÁCIDO MADEIRA DOS SANTOS
20. I/1199/2015 - FALTA DE SINALIZAÇÃO NA AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES - S. PEDRO DE MOEL – EXPOSIÇÃO DA SRª CIDALINA DE JESUS MENDES BENTO

21. REQUALIFICAÇÃO DAS VARANDAS DOS BLOCOS 1, 3 E 5 DA RUA JÚLIO BRAGA BARROS – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIAS
22. E/4890/2016 - ESTACIONAMENTO NA TRAVESSA DO PASSAL – JUNTO AO JARDIM LUÍS DE CAMÕES - MARINHA GRANDE.
23. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
24. 22.<sup>a</sup> MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016
25. P.A. N.º 72/2016-AP/DISU – *“FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”*, PARA O PERÍODO DE 12 MESES. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.
26. P.A. N.º 37/2015-AP/DCD - CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES, PARA O ANO LETIVO 2015/2016. LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO.
27. ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA PARA APOIO FINANCEIRO - INFRAESTRUTURAS - CELEBRADO COM A SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1ª DE DEZEMBRO
28. ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA PARA APOIO FINANCEIRO - INFRAESTRUTURAS - CELEBRADO COM A SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA
29. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ÁREA SOCIAL: COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS (C.R.P.I.)
30. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ÁREA SOCIAL: CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.
31. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ÁREA SOCIAL: ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS (ASURPI)
32. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – SPORT OPERARIO MARINHENSE

33. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA
34. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ÁREA SOCIAL: PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL. – ENCONTRO REGIONAL DAS UNIVERSIDADES SÉNIOR DO OESTE
35. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ÁREA SOCIAL: PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL. – INTERCÂMBIO DE TUNAS SÉNIOR
36. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ÁREA SOCIAL: PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL. – SEMANA DO IDOSO – SEMANA ABERTA
37. REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA À S. SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA – 22 DE SETEMBRO DE 2016
38. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA - FASE 1.1. DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, CENTRO DE DIA, CENTRO DE CONVÍVIO E ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS
39. APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DO JARDIM LUÍS DE CAMÕES
40. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes do período de intervenção do público o **Sr. Presidente** informou, tal como já havia sido comunicado via e-mail, que o ponto 39 da ordem do dia é retirado.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou que também alguns dos pontos agendados relativos aos apoios poderão vir a ser retirados no decurso da reunião.

## **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

**Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.**

**Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:**

**1 - Sr. Carlos Domingues Franco**, residente na Rua dos Loureiros da Mata, n.º 14, Comeira, Marinha Grande, que, no seguimento da sua intervenção na reunião pública do dia 20/10/2016, falou sobre o e-mail que as associações receberam com o formulário de candidatura aos apoios e que é muito mais complexo do que o anterior. Parece-lhe que a Sr.ª Vereadora concorda com todas as exigências, o que lamenta. Deu o exemplo da colectividade da Amieira, que desistiu do apoio, devido às exigências do contrato-programa.

Salientou as palavras proferidas por alguns dos Srs. Vereadores na última reunião, quando disseram que os autarcas não dão, antes investem no movimento associativo, que cria valor para a economia nacional, lembrando que há mais de 26.000 coletividades no país.

Terminou a sua intervenção referindo que não tem nada contra o Rallye Vidreiro mas que lhe custou o apoio atribuído porque queria que houvesse também vontade em apoiar as outras colectividades que não trabalham só para um fim-de-semana mas para sempre.

**2 - Sr. Fernando Amaral Tavares**, residente na Rua de S. Pedro, n.º 79, Guarda Nova, Marinha Grande, representado pela filha, que pretende ser esclarecida sobre a razão que levou a Câmara a atribuir uma casa ao seu pai e depois a retirar-lha.

**3 - Sr. Júlio Franco Rosa**, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos, já apresentados anteriormente:

- Biblioteca Municipal – tem 5 ou 6 computadores, mas raramente funciona mais do que um, e quando pretendem utilizar não podem. Esta questão é para a Sr.ª Vereadora porque é cultura. Não compreende a situação, acredita que o Sr. Presidente não saiba mas há responsáveis que sabem. Perguntou se há ou não um funcionário que se dedique a este trabalho, e se há porque é que a Câmara desleixa estes assuntos.
- Entrada pública para o IMAGRAN – na parte que não pertence ao logradouro do prédio é um buraco pegado, uma autêntica lástima. Pede ao Sr. Presidente que não se furete a dar-lhe as respostas.
- Passeios esburacados – na Rua da Figueira há um buraco com 1,60 m de comprimento. Não se compreende, tem que ser reparado. Passeio em frente à Escola de Casal do Malta, onde não é só o buraco mas também a perda das pedras de calçada.

- Jardim Stephens – o passeio de areão da praia sobre um tapete de plástico faz com que se espalhe tudo, o que é uma vergonha para a terra.
- Concluiu a sua intervenção pedindo ao Sr. Presidente a resolução das situações apontadas.

**4 - Sr. Joaquim Andrade**, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º Esq.º, Marinha Grande, que abordou os assuntos que constam da intervenção que apresentou por escrito, que se dá por reproduzida e se anexa à presente ata (**Anexo 1**) e que são os seguintes:

- NAC – quis lá ir ao domingo mas estava fechado, apesar de vir na agenda cultural;
- Porque é que o espaço Esculpir o Aço foi retirado?
- Carro abandonado junto à Escola Guilherme Stephens – quando é que a Câmara pretende retirá-lo?
- Junto ao Arco-Íris – continua por retirar o lixo da árvore que caiu e que está lá desde agosto;
- Parque Mártires do Colonialismo – continua a faltar a placa identificativa da obra. Há um candeeiro caído junto do parque infantil. Quem é o funcionário responsável pelo acompanhamento da obra? Continuam a existir os perigos para as crianças, e para os quais vem chamando a atenção em sucessivos alertas desde 2012.
- Sinalética inexistente ou mal direccionada – apesar das chamadas de atenção a situação continua na mesma. Para quando o estudo da sinalética, que há mais de dois anos dizem estar a ser feito?
- O n.º de telefone indicado nas placas informativas dos 2 parques já não existe e não foi corrigido. Porque é que estas reparações, que não têm custos, não são feitas?

**5 – Sr. Dr. Francisco José Almeida Gomes**, residente na Rua de Leiria, 112, Marinha Grande, Administrador do grupo hoteleiro Hotéis Cristal, que se inscreveu para falar sobre o funcionamento do parque aquático Mariparque, em Vieira de Leiria.

Começou a intervenção pedindo autorização para distribuir um requerimento a todos os membros do executivo.

Depois disse que o assunto que aqui o traz é o mesmo, e que vem relembrar aquilo que já pediu à Câmara.

Agradeceu a correção das taxas de saneamento e solicitou a criação de um regime de exceção para o fornecimento de água ao parque aquático. Recordou o que disse na última reunião em que esteve presente: pretende fazer investimento mas assim não consegue. Sabe que há Câmaras Municipais nas redondezas que já criaram regimes de exceção para o preço da água para empresas consideradas importantes e de interesse público para os seus concelhos.

Terminadas as intervenções do público, o **Sr. Presidente** disse que ia responder às questões colocadas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** protestou porque também gostaria de responder, embora o Regimento não o preveja.

**O Sr. Presidente deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália Ferreira, que, no âmbito dos seus pelouros, respondeu o seguinte:**

⇒ Sr. Carlos Franco – sabe que os formulários mantêm a mesma estrutura dos anteriores e só se realçou mais aquilo que é necessário para as candidaturas, mas está disponível para ajudar o Sr. Carlos Franco a resolver o que necessitar. Esta é a resposta que lhe pode dar. O executivo respeita as coletividades e o trabalho que desenvolvem. O que se faz é aquilo que é possível, dentro dos constrangimentos da Câmara.

Em relação ao gabinete de apoio ele ainda não é aquilo que se pretende, embora esteja a dar o apoio que é solicitado, e centra-se na chefe da respetiva Divisão.

Sobre o pedido de documentos que estão na Câmara reconhece que existem gralhas que terão que ser corrigidas.

⇒ Sr. Fernando – as casas de habitação social são da Câmara e não da Segurança Social. A Câmara está a reparar as casas para, de acordo com o regulamento que existe, serem postas a concurso. Lamenta não poder dar uma resposta imediata, mas há muitos pedidos e a Câmara quer colocar todos em pé de igualdade, por isso abre-se o concurso, candidatam-se, analisam-se as candidaturas e faz-se a atribuição. Para quando? As obras estão a decorrer, e ao mesmo tempo os serviços estão a preparar os procedimentos para o concurso, para que logo de seguida seja aberto.

Como o Sr. Fernando tem cá o pedido ele será integrado nessa altura.

⇒ Sr. Júlio e Sr. Andrade – os Srs. têm sido tratados com correção, as questões que levantam são legítimas, mas, por vezes, não se consegue dar respostas em tempo útil.

- Fecho do NAC ao domingo – infelizmente é verdade, porque há limitação de pessoal devido a baixas médicas e tratamentos. Está pensado ter em breve um procedimento para tentar colmatar este problema, que antes era resolvido pelos CEI's, só que estes não podem trabalhar à noite e aos sábados e domingos. Os procedimentos a seguir têm alguma morosidade.
- Computadores – há um procedimento interno para aquisição de computadores. Sabemos que há problemas com os da Biblioteca, assim como aqui nos serviços, e por isso está a ser feito num pacote conjunto e nessa altura o problema será resolvido.

**O Sr. Presidente disse que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora já respondeu a algumas questões e que ele irá responder às restantes.**

⇒ Sr. Júlio Rosa:

- O condomínio do prédio do IMAGRAN pôs a questão à Câmara e é propriedade privada. Ontem já seguiu a resposta a esse pedido.
- Passeios – tomou nota e vai verificar com os serviços.



⇒ Sr. Andrade:

- Carros abandonados – há um regulamento e estão a ser feitos os procedimentos para a sua remoção, porque estão em vários locais.
- Lixo da obra e árvores – a empresa já foi notificada da situação porque não acabaram a obra. Se não o retirarem será a Câmara a fazê-lo.
- Obra do Parque Mártires do Colonialismo – é uma obra para a oficina da música, para instalar os Tóccandor.
- Candeeiro tombado – tomou nota do alerta.
- Placas com n.ºs de telefone – está a ser providenciada a sua substituição, assim como de alguns brinquedos do parque infantil.
- Sinalética – está a ser preparado o processo de aquisição da sinalética indicada pelo estudo.
- Organograma dos serviços – julga que está publicado no site do Município.

⇒ Dr. Almeida Gomes – o regulamento da CMMG não tem enquadramento de exceções. No novo regulamento faz-se menção a essas situações, mas tem que haver concordância da ERSAR. Depois a seu tempo virá à Câmara.  
Tomou nota das Câmaras Municipais que têm regimes de exceção e irá verificar em que termos foi feito.



#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**As intervenções dos Srs. Vereadores encontram-se gravadas na íntegra, pelo que os assuntos abordados serão referidos sumariamente.**

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes, disse como é agradável ouvir os munícipes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Sr. Carlos Franco – para além da questão dos documentos, disse uma coisa importante: tem que se deixar de olhar para os apoios como uma despesa. Sempre viu estes apoios como um investimento e como tal tem que haver retorno, que é muito superior ao que se apoiou e importante para o desenvolvimento do concelho, tanto mais que por vezes as coletividades até se substituem à própria Câmara.
- ⇒ Sr. Fernando – não percebeu, porque a resposta da Sr.ª Vereadora foi genérica. Como disse que já lhe foi atribuída uma casa aconselhou o munícipe a marcar uma reunião para esclarecer.

- ⇒ Sr. Júlio Rosa – não viu qualquer incorreção na intervenção para merecer o reparo da parte da Sr.<sup>a</sup> Vereadora, viu antes a colocação de uma questão concreta e que nada se faz.
- ⇒ Sr. Andrade e Dr. Almeida Gomes – aconselhou a que leiam a parte da ata da reunião de 22/09/2016, referente à sua intervenção, em que colocou as questões. De seguida leu essa mesma intervenção, concluindo que não há eficácia e capacidade de execução.
- ⇒ Pediu ao Sr. Presidente cópia do ofício enviado ao condomínio do edifício de acesso ao IMAGRAN. Apesar de poder ser particular trata-se de um acesso a um serviço utilizado por muitas centenas de pessoas.  
A Câmara tem que fazer parte da solução e não do problema, que é aquilo que tem acontecido. Deu o exemplo do turismo industrial e do turismo em geral, que tem de ser uma forte aposta do nosso concelho, mas não é assim, porque só se colocam problemas e não se arranjam soluções.  
Deu o exemplo de S. João da Madeira, em que os jovens, no fim-de-semana, fazem de guias turísticos, passando recibo verde. Aqui foi-lhes dito que não era possível, quando a EPAMG até tem um curso de turismo.  
Com o Mariparque passa-se o mesmo, o assunto arrasta-se, e se se pode noutras Câmaras Municipais porque não aqui?
- ⇒ Lembrou a falta de resposta às suas questões e disse que gostaria de ter a presença de alguém do Gabinete Jurídico para explicar o seguinte:  
Há ou não um prazo para se reclamar obras públicas, nomeadamente o edifício do Arquivo Municipal e a Resinagem?
- ⇒ Voltou a pedir cópia do ofício enviado a reclamar os defeitos das obras, para que fique descansada e os próprios munícipes também.

**O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Sr. Carlos Franco – disse que tem apreço por ele e por todos os que dedicam o seu tempo em prol do associativismo e à causa pública. Os documentos deviam ser simples e sintéticos, mas dentro da legalidade. E não se trata só de dar dinheiro, é investimento. O gabinete de apoio às coletividades deveria servir para sanar situações, para que os apoios fossem atribuídos dentro da legalidade e com celeridade.
- ⇒ Sr. Fernando – também ficou confuso e também pensa como a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra, que deve marcar uma reunião para esclarecer.
- ⇒ Sr. Júlio – também concorda que o Jardim Stephens deveria estar limpo e bem tratado.
- ⇒ Sr. Andrade – os clubes desportivos têm “olheiros”, o Sr. Andrade faz também esse trabalho para a Câmara, com as pequenas questões que traz e que são importantes.

- ⇒ Mariparque – sempre defendeu as boas práticas e se as há noutras câmaras municipais então é só seguir. Também já disse isso a propósito da piscina, pois estamos próximos da de Pataias, que é boa.
- ⇒ Na reunião de 22/09/2016 apresentou uma questão colocada por um munícipe, relativa à Rua do Fundão e aos semáforos junto ao Pingo Doce da Embra. Como está a situação?
- ⇒ Estacas nas árvores: quando se retiram?
- ⇒ O Jornal de Leiria de hoje, na primeira página, enaltece Leiria. Também gosta de enaltecer Leiria, mas a verdade é que a Câmara de Leiria está endividada e a da Marinha Grande não. Diz o jornal que a Câmara de Leiria vai comprar um edifício, para a loja do cidadão, e vai fazer obra. A Marinha Grande não tem mercado, não tem piscina.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** interrompeu dizendo que o Sr. Vereador está muito crítico para com o executivo.

O **Sr. Vereador** prosseguiu e disse que não está crítico para com o executivo mas para com todos, porque Leiria tem cultura, tem movimento, e a Marinha Grande não tem obra, não tem mercado, fala-se num estudo, é para não ter obra. Gostava de ver obra a aparecer, como em Leiria. Só quer o bem da Marinha Grande, por isso quer uma piscina e um mercado.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes, agradeceu a presença dos munícipes e disse o seguinte relativamente às suas intervenções:**

Embora os assuntos sejam diferentes, as questões são transversais: definição do que se pretende e prazos.

- ⇒ Sr. Carlos Franco – não fala só em nome da Comeira mas como Presidente da ACAMG. A questão é como é que se apoia, a uns de uma maneira e a outros doutra. Os dirigentes são voluntários e as coletividades substituem-se às instituições públicas.
- ⇒ Sr. Fernando – não conhece a situação mas parece-lhe que as pessoas não estão esclarecidas e a Câmara deve fazê-lo.
- ⇒ Sr. Júlio – gosta da sua postura, de olhos nos olhos, porque é aqui que se deve falar, embora os assuntos não sejam novos.
- ⇒ Sr. Andrade – devia ter a medalha de melhor munícipe, porque tem um papel importante para a comunidade.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – infelizmente não é nada de novo. Tem que se definir o que se quer para o turismo e para a Praia da Vieira. E se é importante tem que se ver, dentro dos limites da lei, como dar apoio. E depois há o prazo: para o Mariparque 2016 já foi. Agora é tempo de pensar o que se quer para 2017.

**Em relação aos assuntos que abordou e que lhe chegaram através dos munícipes, enviou a sua intervenção por escrito, pelo que se passa a reproduzir o seu conteúdo:**

1. *Há cada vez mais veículos abandonados na nossa terra. Em 25 de Novembro de 2010 já esta evidência era clara e na câmara dizia-se que “o número de veículos estacionados em transgressão tem vindo a aumentar exponencialmente no concelho da Marinha Grande”.*  
*Conscientes desta situação o executivo elaborou o “Regulamento Municipal de Bloqueamento, remoção, depósito e abandono de veículos no município da Marinha Grande”.*  
*A responsabilidade da fiscalização e atuação cabe à Câmara, que apesar de ter feito o regulamento não procede de acordo com o que regulamentou.*  
*Existem algumas situações alarmantes. Apenas como exemplo um veículo em ruínas em frente à porta da escola Guilherme Stephens.*  
*Qual o motivo porque a câmara não cumpre a sua obrigação e não remove os veículos abandonados?*
2. *Gostaria de dar nota da importância da RCM na vida da comunidade marinhense, designadamente o papel que tem desempenhado ao longo da sua existência, e desejo as maiores felicidades a este projeto.*
3. *Questionei qual é o ponto de situação da alteração ao PDM no âmbito do DL 165/2014. Já está em discussão pública? Para quando as empresas poderão legalizar-se?*
4. *Na última reunião alertei para a necessidade do passeio na Rua da Restauração a caminho do Largo Ilídio de Carvalho. Questionei sobre quem é a propriedade do parque de estacionamento que ali existe em terra batida.*  
*Fui contactado por vários munícipes que me perguntam por um parque de estacionamento subterrâneo que existe entre este parque de terra batida e os prédios. Este parque subterrâneo é propriedade da câmara? Em caso afirmativo porque não está aberto, de modo a tornar naquele local mais e melhor estacionamento?*  
*A entrada deste parque subterrâneo é por um portão que fica do lado da Av. Aníbal Guedes Coelho. Os moradores queixam-se que daquele espaço saem ratos, ratazanas e cobras, vistas frequentemente a “passear” junto aos prédios e em espaços comuns dos mesmos. Isto configura um caso de saúde pública. Sugiro que o Sr. Presidente tome as devidas providências rapidamente.*
5. *Está a decorrer um concurso que a câmara lançou para “Atividades complementares ao funcionamento de cemitérios municipais”, no valor de € 121.950,00.*  
*A que se refere este concurso? Estava cabimentado?*  
*Já que estamos a falar dos cemitérios, qual a situação das campas abandonadas e do famigerado jazigo?*

6. *Clube de ténis da Marinha Grande*

*As condições em que o clube de ténis está a trabalhar é vergonhosa e desesperante. Os pisos estão degradados, com pedaços de relva levantados; a iluminação não aguenta e apaga-se; os balneários não têm energia elétrica, logo não podem tomar banho porque têm cilindros elétricos, não podem vestir-se ao final da tarde/noite porque não há iluminação.*

*Na zona envolvente existe montes de entulho e um estaleiro da obra da Rua Arala Pinto, que não tem fim.*

*O que se passa com a reabilitação dos campos de ténis. Em Maio foi lançado o concurso com preço base de 163.000,00€.*

*Já foi adjudicado? Qual o valor total da obra? É para realizar quando?*

*É urgente ir de imediato resolver o problema da energia elétrica e iluminação.*

7. *Em Dezembro de 2015 o Prof. Augusto Mateus entregou à câmara a Carta Estratégica de Desenvolvimento para o Concelho da Marinha Grande.*

*Em Julho o Sr. Presidente facultou-nos o documento. Existe alguma atualização a este documento?*

*Quando é que o Sr. Presidente prevê agendar este documento para apreciação da câmara? Entendo que estamos no momento em que tal deve acontecer, ou seja, antes da elaboração do orçamento 2017.*

8. *Apresentei um requerimento para uma cópia da gravação da última reunião."*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Sr. Carlos Franco – concorda com as suas questões, tanto que enquanto Vereador não assinou nenhum contrato-programa. É verdade que às vezes inventam relativamente às exigências legais. Prova disso são as deliberações de hoje a alterar contratos, porque se inventou. Já tinha alertado a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, porque isto é um abuso de poder relativamente às coletividades.
- ⇒ Sr. Fernando – recomendou à Câmara que inicie já o procedimento de concurso.
- ⇒ Sr. Júlio – sobre a entrada para o IMAGRAN: tem razão e a Câmara não tem razão nenhuma, tanto que até lá vai colocar sinais de trânsito. Até sugeriu que se retire o estacionamento de um dos lados. Entende que a Câmara não se pode alhear da situação e deve falar com o condomínio para resolver o problema.
- ⇒ Terreno frente à Clinigrande – apesar de poder ser privado deve ser visto para poder ser utilizado para estacionamento.
- ⇒ Sr. Andrade – a única coisa em que também concorda com o Sr. Vereador Santos é que o Sr. Andrade é um bom “olheiro”.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – todos sabem da importância do parque aquático para a economia da Vieira e da Marinha Grande, pelo que o regime de exceção deve ser visto. Ou o Sr. Presidente toma este assunto em mãos ou então a CDU, na próxima

reunião, apresenta uma proposta, sozinhos ou em colaboração com todos, tal como na revisão.

- ⇒ Edifício da Resinagem – quando é que se vai dar utilização às instalações que estão fechadas? (A Sr.ª Vereadora respondeu que quando estiverem limpas).
- ⇒ Insistiu na resposta aos vários pedidos que tem feito.
- ⇒ Em tom irónico pediu ao Sr. Presidente a douta presença do seu Adjunto para saber se há alguma ilegalidade ou incompatibilidade em colocar assuntos da sua zona de residência, como vai fazer a seguir.

Assim, mostrou 3 filmes que fez de 3 situações:

1. habitações abandonadas na estrada do Camarnal para a Fonte Santa, que estão cheias de silvas, ratos, cobras e até pessoas a viver lá;
2. em frente à sua casa, na Rua do Ribeiro, Fonte Santa, há um terreno que precisa de ser limpo, pois parece uma selva. Já aqui tinha falado para a Proteção Civil intervir e o terreno do lado, que é de outra pessoa, foi limpo, mas este não;
3. foi chamado à Rua do Sol pelos moradores, e o principal problema, para além do saneamento, é a vala que não dá saída à água e inunda os terrenos. Aquele aqueduto é muito frágil e está sujeito a cair com a passagem de viaturas de maior peso, e para além dos danos materiais poderá haver danos pessoais. O Presidente da Câmara, como responsável da Proteção Civil, tem que ver a situação, e já nem quer falar de uma ligação ilegal de esgotos para a vala.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Agradeceu a presença do público e disse que se sente impotente para mudar, porque os assuntos são sempre os mesmos, o que só prova que são incapazes para mudar o que quer que seja.
- ⇒ Parece-lhe que o melhor seria estar calado, mas os munícipes merecem respeito e daí ter que dar uma palavra.
- ⇒ Quem governa tem capacidade para executar e não o faz. Mas é preciso, para mudar, ir mais fundo, e teme que já não se possa fazer nesta legislatura. Às vezes o problema é a falta de dinheiro. Aqui não é esse o caso.
- ⇒ Sr. Fernando – não percebeu a resposta, pelo que pediu à Sr.ª Vereadora que esclareça aqui hoje e agora.

A **Sr.ª Vereadora Cidália** lembrou que o assunto veio a reunião de Câmara e foi retirado, para se enquadrar.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** prosseguiu, referindo que tem que ficar aqui esclarecido que a Câmara nunca atribuiu uma casa. Houve uma proposta dos serviços para, mas a Câmara não atribuiu. Isto tem que ficar bem esclarecido, e por isso pediu à Sr.ª Vereadora que o faça, porque não é como foi aqui referido.

- ⇒ Sr. Franco – pediu à Sr.<sup>a</sup> Vereadora para que se faça já a alteração de todo o processo de candidatura aos incentivos. Se não tiver tempo peça ajuda a um dos Vereadores. Não é justificação não ter tempo, e não há justificação para, passados 3 anos, ainda não haver alteração. O sistema atual até poderá interessar, porque é discricionário, mas na sua opinião o sistema a criar tem que ser justo, independente e fácil.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – copiar de outras Câmaras já não é pouco, mas a Marinha Grande tem que ir mais longe, tem que ser líder. Não se pode atropelar a lei, mas há maneiras de, não o fazendo, encontrar formas de resolver.
- O + Concelho está disponível, como já o disse e como a CDU também referiu, para apresentar a proposta, se o executivo permanente não o fizer. É mais do que justo o regime de exceção.
- Assim, propôs a todos os Vereadores que, a partir da próxima reunião, façam um voto de silêncio. Está disposto a entrar e sair calado e a não votar nenhuma deliberação, se todos o fizerem, ou então mais do que um, e se não lhe forem dadas as respostas aos requerimentos. Lembrou:
- a listagem dos imóveis do município, porque é grave que se diga na praça pública que há munícipes a registar prédios por usucapião. Não tem provas mas é grave.
  - a listagem das habitações sociais atribuídas para fins não sociais. Pelo menos é o que se diz. Já pediu estes elementos quando cá esteve e até hoje não lhe foram dados.
  - o pedido das reclamações da obra da Resinagem: quer a resposta hoje, do Presidente ou da Chefe da Divisão.
  - a obra da antiga Crisal: a empresa insolveu, a Câmara tem lá uma garantia, o parque de estacionamento está para venda. A Câmara ainda vai a tempo de accionar a garantia ou já prescreveu? Também quer uma resposta hoje.
- ⇒ Habitação social – há casas devolutas há anos sem terem sido atribuídas. Entende que deverá haver um sistema de candidaturas permanentemente aberto. Pediu à Sr.<sup>a</sup> Vereadora que inicie já hoje o processo de candidatura das 20 casas que estão em obra e que terminam este mês.
- ⇒ NAC – sugeriu que se faça um protocolo com associações, embora considere que a Câmara não tem falta de funcionários. (A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália** protestou).
- ⇒ Av.<sup>a</sup> Arala Pinto – é incompreensível que não haja passeios nesta obra, que é cara, e que tem lá lixo que o empreiteiro deve ser obrigado a tirar, mesmo sem a obra terminada.
- ⇒ Clube de ténis – tem falta de eletricidade e vem pedindo a resolução do problema há mais de dois meses. A situação tem que ser resolvida.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte, no âmbito dos seus pelouros:**

Disse que fica com o sentimento de que ser oposição é fácil.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** riu-se, o que deu aso a uma troca de palavras entre as duas Sr.ªs Vereadoras.

- ⇒ A **Sr.ª Vereadora Cidália** prosseguiu, dizendo que é bonito falar para o público, mas as respostas têm que ser dadas na prática e no trabalho diário.  
Com certeza que a Sr.ª Vereadora Alexandra tem memória da questão da atribuição da habitação social ao Sr. Fernando, que ficou aqui decidido que só se faria quando se abrisse concurso para todos.
- ⇒ Computadores – a Sr.ª Vereadora esteve aqui dois anos, este problema da Biblioteca é recorrente, tem-se tentado ir resolvendo, e agora vai-se resolver com a aquisição que se irá fazer.  
O executivo permanente é acusado de falta de eficácia e de não fazer nada, pelo que perguntou à Sr.ª Vereadora onde está a sua quando aqui esteve? Considera que a responsabilidade é de todos, e que acusar é fácil, resolver é que é difícil.  
Referiu que os circuitos industriais foram implementados por si no anterior mandato, questionando se neste, a Sr.ª Vereadora Alexandra deixou resolvida a questão da criação de um grupo de guias.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra** protestou e pediu ao Sr. Presidente para falar a seguir.

- ⇒ A **Sr.ª Vereadora Cidália** prosseguiu, dizendo que está a responder, e que a Sr.ª Vereadora acusou, pelo que agora tem que lhe perguntar se deixou implementadas estas soluções.
- ⇒ Funcionários – é difícil alterar os horários. O funcionamento dos espaços requer horários alargados e é difícil resolver esta questão dentro da Câmara.
- ⇒ Campos de ténis – informou que o Eng.º já foi tentar resolver e já foi feito um investimento para as obras de reparação deste espaço.  
O **Sr. Vereador Aurélio** perguntou qual o estado do concurso, tendo o **Sr. Presidente** respondido que houve alterações ao projeto.
- ⇒ Regulamento de apoios – a Sr.ª Vereadora Cidália informou que está em execução, tendo sido pedido aos serviços para fazerem um levantamento dos constrangimentos dos clubes, para se falar depois, para vir a albergar alguns contributos dos Srs. Vereadores, mas ainda não tem data.  
Questionada pelo **Sr. Vereador Carlos Logrado** sobre a data, disse que não se queria responsabilizar por qualquer prazo, e que pretende é eliminar os problemas dos clubes.
- ⇒ Concurso para habitação social – os serviços estão a acompanhar a execução das obras para que logo que estejam prontas se começar com o processo de candidatura.  
Os **Srs. Vereadores Vítor Pereira e Carlos Logrado** pediram para que seja já.
- ⇒ Sr. Fernando Tavares – o **Sr. Vereador Logrado** pediu que seja clarificado porque é que foi dito que a Câmara lhe atribuiu uma casa.



A **Sr.ª Vereadora Cidália** disse que não pode responder. O que pode responder é por aquilo que se passou na reunião. O processo foi remetido à divisão para dar a informação de que o pedido foi retirado para ser enquadrado na futura candidatura para atribuição de habitação social.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho usou da palavra para responder à Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, e disse o seguinte:**

*“No mandato de 2009/2013 a Sr.ª Vereadora esteve aqui com os pelouros da educação. Eu, quando aqui estive, no ano e meio, estive preocupada e gastei grande parte das energias, com o estado vergonhoso em que as escolas estavam e como a Sr.ª Vereadora as deixou.*

*Tenho que agradecer ao Presidente Paulo Vicente pelo excelente trabalho conjunto que fez com os Vereadores da CDU.*

*No âmbito do turismo, os Srs. Vereadores do PS não deixaram que avançasse o projeto do Pinhal Litoral, e até foi motivo de chacota pelo Sr. Adjunto.*

*Não queriam que as crianças do clube da Garcia participassem num torneio no âmbito das cidades geminadas, em Fontenay-sous-Bois. Os Srs. nunca nos deixaram trabalhar. Passámos pela vergonha de a Marinha Grande ser o único município que não pagou a deslocação, de 2.000 €, e foi o município de Fontenay-sous-Bois que pagou as despesas.*

*É uma vergonha a Sr.ª vir agora aqui falar, quando deixou os pelouros como deixou.*

*É uma decisão política abrir o concurso para a habitação social antes de terminar as obras.*

*Eu rio-me porque a Sr.ª diz que não se pode, nunca se pode. Não nos deixaram trabalhar.”*

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte:**

*“Respondi-lhe desta forma porque a Sr.ª fala frequentemente da ineficácia do executivo permanente.*

*As justificações que os serviços davam à Sr.ª Vereadora são as mesmas que nos dão a nós.*

*Sobre as obras das escolas tenho que lhe dizer que elas decorreram de projetos que ficaram feitos, designadamente do Pilado e também da Ordem.*

*A Sr.ª não pode acusar constantemente. Esteve cá e tem que ver que o problema é de todos.”*

**O Sr. Presidente respondeu às questões levantadas, tendo antes informado o seguinte:**

- ⇒ Deu conhecimento a todo o executivo da carta que enviou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre o atraso na entrega da proposta de orçamento para 2017, e leu o conteúdo do e-mail de resposta do Sr. Presidente daquele órgão.
- ⇒ Garantias de obras públicas – o prazo é de 10 anos para o empreiteiro, para o autor do projeto não há prazo. Informou que o empreiteiro tem vindo a regularizar algumas questões, mas também já deu instruções aos serviços para fazerem o pedido aos autores do projeto.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra** perguntou se há levantamento dos defeitos.

O **Sr. Presidente** respondeu que sim, pelo que a **Sr.ª Vereadora** perguntou se pode ter acesso a ele.

O **Sr. Vereador Logrado** também pretende ter acesso.

O **Sr. Presidente** disse que vai ter que reunir, mas há um auto de vistoria.

- ⇒ Veículos abandonados – está a ser feito o levantamento, mas há prazos.
- ⇒ DL 165/2014, alteração ao PDM – veio aqui à Câmara, foi para publicação no Diário da República dia 21 de outubro, e a Imprensa Nacional diz que serão publicados os dois avisos dia 8 de novembro. Se tudo correr bem virá à Câmara na primeira reunião de dezembro, para depois ir à Assembleia Municipal desse mês.
- ⇒ Cemitérios – o concurso é para limpeza e para os funerais, e é um valor para dois anos.
- ⇒ Campos de ténis – o concurso está em audiência prévia, porque houve uma reclamação.
- ⇒ Gravação da reunião – tomou nota do pedido e irá enviar.
- ⇒ Acesso ao IMAGRAN – tomou nota para enviar cópia do ofício à Sr.ª Vereadora Alexandra.
- ⇒ Resinagem – em relação ao espaço vago a Sr.ª Vereadora já informou que se está a diligenciar a limpeza para depois poder ser utilizado.
- ⇒ Urbanização situada no Camarnal/Fonte Santa – tomou nota e vai ver com os serviços.
- ⇒ Rua do Sol e aqueduto – estão contemplados no projeto de saneamento da Rua da Vitória.  
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** alertou para a eventual necessidade de ter que se proibir a circulação.
- ⇒ Pinhal na Fonte Santa – a Proteção Civil já lá foi e há dificuldade na identificação do proprietário. Tomou nota e vai ser visto novamente.
- ⇒ Respostas aos requerimentos – está a reunir toda a informação, porque há situações em que os documentos estão em arquivo.
- ⇒ Edifício da Crisal – na altura a massa insolvente foi notificada para criar condições de segurança para o local e para as habitações envolventes. Vai ver para se notificar novamente.
- ⇒ Ciclovía da Av.ª Arala Pinto – a obra ainda não acabou, mas contemplava poda e colocação de árvores, tendo já seguido as notificações para as multas contratuais. Depois será a própria Câmara a retirar os entulhos.
- ⇒ Clube de ténis – tal como já respondeu, está em concurso público, na fase de resposta com relatório preliminar. A parte elétrica vai ser vista.
- ⇒ Passadeira da Rua do Fundão – tomou nota para enviar aos serviços.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

Depois de o **Sr. Presidente** dar por terminado o período de antes da ordem do dia, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu autorização para distribuir a todos os presentes, executivo e munícipes, o bolinho do dia de Todos os Santos, comemorado no passado dia 1 de novembro.

Seguidamente o **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, das 12:00 horas às 12:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 25, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2016**

669 - Presente a ata n.º 25, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 22 de setembro de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N. 1531/16, DATADO DE 07/09/2016 – PC N.º 367/16, DATADO DE 07/09/2016 – TAUTI - TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES PARA PLÁSTICO LDA**

670 - Presente pedido com o registo n.º 1531/16, datado de 07/09/2016 relativo a **legalização de alterações e ampliação de edifício existente**, situado na Rua das Cavadinhas, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.802 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.085-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 367/16, com data de entrada de 07/09/2016, apresentado por **TAUTI - TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES PARA PLÁSTICO LDA**, com o NIPC 502 341 700, com sede na Rua das Cavadinhas, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 24/10/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o**

projeto de arquitetura relativo a legalização de alterações e ampliação de edifício existente, situado na rua das Cavadinhas, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.802 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.085-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 367/16, com data de entrada de 07/09/2016, apresentado por TAUTI - TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES PARA PLÁSTICO LDA, com o NIPC 502 341 700, com sede na Rua das Cavadinhas, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, os projetos de especialidade aplicáveis, designadamente o de alterações da estabilidade e o de arranjos exteriores, indicando neste a área cedida para domínio público, referindo expressamente as suas dimensões e configuração;

Mais delibera informar que a emissão da Autorização de Utilização ficará condicionada à apresentação de Certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial do prédio em questão, devidamente atualizada após o registo dessa cedência, para o que deverá solicitar a respetiva certidão à Câmara, e à realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 1690/16, DATADO DE 10/10/2016 – PC N.º 350/16, DATADO DE 29/08/2016 – TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA.**

671 - Presente requerimento n.º 1690/16, datado de 2016/10/10, constante do processo camarário n.º 350/16, subscrito por TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA., com o NIPC 503563501, com sede na Avenida 1.º de Maio, n.º 41, r/c, letra A, freguesia de Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, concelho de Caldas da Rainha, referente ao pedido de licenciamento relativo à “Legalização da alteração de moradia unifamiliar” existente, bem como à obra de “*Demolição da construção de anexo*” levado a efeito sem o respetivo licenciamento municipal, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Embra, n.º 131, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2.384 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 13.835. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/10/25, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitectura

respeitante ao pedido de licenciamento relativo à *“Legalização da alteração de moradia unifamiliar”* existente, bem como à obra de *“Demolição da construção de anexo”*, levado a efeito sem o respetivo licenciamento municipal, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Embra, n.º 131, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 2.384 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 13.835, com o número de processo 350/16, com data de entrada em 2016/08/29, apresentado por TELHEIROS DO OESTE, PROPRIEDADES, PROMOÇÃO, LDA., com o NIPC 503563501, com sede na Avenida 1.ª de Maio, n.º 41, r/c, letra A, freguesia de Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, concelho de Caldas da Rainha, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 1736/16, DATADO DE 14/10/2016 – PC N.º 385/16, DATADO DE 16/09/2016 – DIAMANTINO MANUEL DUARTE CALADO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**

672 - Presentes requerimentos n.º 1953/16, n.º 1674/16 e n.º 1736/16, registados em 2016/09/16, 2016/10/06 e em 2016/10/14, respetivamente, do processo camarário n.º 385/16, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de construção de moradia, anexo e muro, e licenciamento de obra de ampliação da moradia, erigida no prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.884 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8.475, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.245, sito na Rua da Salgueira, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por Sónia Patrícia Calado Henriques, com o NIF 218220669, residente na Rua da Salgueira, n.º 37, , Garcia, na qualidade de representante da herança aberta por óbito de Diamantino Manuel Duarte Calado, a que corresponde o NIF 740128218.

Presentes pareceres técnicos datados de 2016/10/17 e 2016/10/12, que indicam ser o processo de arquitetura passível de aprovação com condicionalismos.

Após análise da pretensão, bem como dos pareceres técnicos, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura apresentado no âmbito dos requerimentos n.º 1953/16, n.º 1674/16 e n.º 1736/16, registados em 2016/09/16, 2016/10/06 e em 2016/10/14, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 385/16, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de construção de moradia, anexo e muro, e, licenciamento de obra de ampliação da moradia, erigida no prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.884 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8.475, registado

na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.245, sito na Rua da Salgueira, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por Sónia Patrícia Calado Henriques, com o NIF 218220669, residente na Rua da Salgueira, n.º 37, Garcia, na qualidade de representante da herança aberta por óbito de Diamantino Manuel Duarte Calado, a que corresponde o NIF 740128218, com os seguintes condicionalismos:

1 - Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE;

2 - Apresentação, no mesmo prazo, de:

a) Elementos a complementarem a Memória Descritiva e Justificativa do Projeto, a indicar dos materiais de revestimento, nomeadamente, da cozinha, das casas de banho, conforme artigo 31.º do RGEU, bem como o material de revestimento das coberturas;

b) Alçados revistos, contendo, entre outros, a indicação do material de revestimento da cobertura do anexo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 1606/16, DATADO DE 21/09/2016 – PC N.º 411/15, DATADO DE 05/11/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**

673 - Presente requerimento n.º 1606/16, datado de 2016/09/21, constante do processo camarário n.º 411/15, subscrito por DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de alterações ao licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.942 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5.254, à qual foi atribuído o alvará de obras de construção n.º 43/16, de 2016/07/07, com termo em 2017/07/06.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/10/14, que refere que o projeto de alterações apresentado, se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de alterações ao licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.942 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5.254, à qual foi

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

atribuído o alvará de obras de construção n.º 43/16, de 2016/07/07, com termo em 2017/07/06 apresentado DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.ª de Maio, n.º 189-A, 2.ª Dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação da presente deliberação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 1580/16, DATADO DE 15/09/2016 – PC N.º 384/16, DATADO DE 15/09/2016 – ANA ACÁCIA LEAL SILVA E TIAGO FETEIRA ROLO**

674 - Presentes requerimentos n.º 1580/16 e n.º 1788/16, registados em 2016/09/15 e em 2016/10/21, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 384/16, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de moradia, anexos e muro, no prédio sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, no lugar dos Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.946, apresentado por ANA ACÁCIA LEAL SILVA, com o NIF 216361044, residente em Rua José Moreira, n.º 33, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e por TIAGO FETEIRA ROLO, com o NIF 241523133, residente em Rua da Indústria, n.º 1, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção n.º A011936.2016.RH4, com início em 2016/09/05 e prazo de execução de dois anos, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Presentes pareceres técnicos datados de 2016/10/26 e de 2016/10/28, que atestam estar o projeto apto para aprovação.

Após análise da pretensão, bem como dos pareceres técnicos datados de 2016/10/26 e de 2016/10/28, e da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção n.º A011936.2016.RH4, com início em 2016/09/05 e prazo de execução de dois anos, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura apresentado no âmbito dos requerimentos n.º 1580/16 e n.º 1788/16, registados em 2016/09/15 e em 2016/10/21, respetivamente, constantes no processo n.º 384/16, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de moradia, anexos e muro, no prédio sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, no lugar dos Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.946, apresentado por ANA ACÁCIA LEAL SILVA, com o NIF 216361044, residente em Rua José Moreira, n.º 33, lugar e freguesia de Vieira de Leiria,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

concelho de Marinha Grande, e por TIAGO FETEIRA ROLO, com o NIF 241523133, residente em Rua da Indústria, n.º 1, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 1771/16, DATADO DE 19/10/2016 – PC N.º 313/15, DATADO DE 04/09/2015 – ERNESTINO GOMES**

675 - Presente processo camarário registado sob o n.º 313/15, em 2015/09/04, referente a pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração realizada na moradia, erigida no prédio sito na Estrada da Maceira, n.º 5, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.241 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.308, ao abrigo do artigo 102-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, apresentado por ERNESTINO GOMES, com o NIF 115275053, residente na Estrada da Maceira, n.º 5, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presentes projetos de arquitetura e projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do RJUE.

Presentes pareceres técnicos datados de 2016/10/25, que atestam estarem os projetos capazes de serem aprovados.

**Após análise da pretensão, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração realizada na moradia, sita na Estrada da Maceira, n.º 5, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10.241 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.308, ao abrigo do artigo 102-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, a que corresponde o processo camarário registado sob o n.º 313/15, em 2015/09/04, representado por ERNESTINO GOMES, com o NIF 115275053, residente na Estrada da Maceira, n.º 5, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande.**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

**Mais delibera:**

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do n.º 6 do artigo 57º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG – com a redação atual (DR II série, de 30 de maio de 2013), a concessão de autorização de utilização é precedida de vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N. 1686/16, DATADO DE 07/10/2016 – PC N.º 51/16, DATADO DE 08/02/2016 – RICARDO NUNO MARQUES DE MATOS**

676 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1686/16, datado de 2016/10/07, constante do processo camarário n.º 51/16, inerente ao pedido de licenciamento da *“Legalização de alterações e ampliação de moradia unifamiliar”* existente, localizada num prédio urbano sito na rua 53, n.º 1, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12.319 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.230 da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **RICARDO NUNO MARQUES DE MATOS**, com o NIF 214410340, com residência na Rua o Ansião, n.º 1, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/10/20, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização de alterações e ampliação de moradia unifamiliar”* existente, localizada num prédio urbano sito na rua 53, n.º 1, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12.319 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6.230 da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 51/16, com data de entrada em 2016/02/08, apresentado por **RICARDO NUNO MARQUES DE MATOS**, com o NIF 214410340, com residência na Rua o Ansião, n.º 1, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2016/10/20, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

1. Ponto 3.3.2 da Secção 3.3 do Capítulo 3 do Anexo (Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada) ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na parte da moradia que se pretende ampliar, face à largura de 0,90m proposta para o corredor de acesso à instalação sanitária, inferior à largura mínima definida de 1,10m. A largura proposta para o referido corredor, põe ainda em causa a verificação o cumprimento da zona de manobra a garantir na porta de correr da instalação sanitária, conforme determina o ponto 4.9.6 da Secção 4.9 do mesmo Anexo.
2. Alínea d) do n.º 1 do art. 69.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, face ao incumprimento da relação das dimensões do compartimento localizado no piso superior e designado com o n.º 14 “Arrumo”, visto este compartimento reunir as condições estabelecidas para os compartimentos definidos no n.º 1 do art. 66.º, apresentando um pé-direito mínimo estabelecido no art. 79.º.
3. Art. 70.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, ao propor uma largura de 0,90m para o corredor previsto ao nível do piso inferior, inferior à largura mínima de 1,10m, sendo apenas admissível a largura de 0,90m para corredores considerados secundários e com comprimento igual ou menor que 1,50m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 1821/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 259/14, DATADO DE 18/07/2014  
– MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS**

677 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1821/16, datado de 26/10/2016, apresentado por **MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS**, com o NIF 178569666, com morada em Rua da Cerca, n.º 47, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua da Cerca, n.º 47, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização de alteração e ampliação, licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 259/14 e tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 54/16, emitido em 06/09/2016.

Presente parecer técnico datado de 27/10/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Cerca, n.º 47, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de **MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS**, com o NIF 178569666, com morada em Rua da Cerca, n.º 47, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

**1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Carlos Duarte**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N. 1822/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 455/16, DATADO DE 26/10/2016**  
**– EDP-DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA,SA**

678 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1822/16, datado de 26/10/2016, apresentado por **EDP-DISTRIBUICAO DE ENERGIA,SA**, com o NIPC 504394029, com sede em Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Vila Real de Santo António, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo 2680/1969, titulada pelo alvará de construção n.º 7, emitido em 04/01/1969.

Presente parecer técnico datado de 28/10/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Vila Real de Santo António, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de EDP-DISTRIBUICAO DE ENERGIA,SA, com o NIPC 504394029, com sede em Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, Lisboa, com a seguinte composição:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Carlos Duarte  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 1820/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 189/10, DATADO DE 21/09/2010 – SILVASTEC - MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.**

679 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1820/16, datado de 26/10/2016, apresentado por **SILVASTEC - MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 506502740, com sede em Rua Brejo do Olho, Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Brejo do Olho, Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização de alteração e ampliação, licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 189/10 e tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 7/16, emitido em 13/10/2016.

Presente parecer técnico datado de 27/10/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Brejo do Olho, Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **SILVASTEC - MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 506502740, com sede em Rua Brejo do Olho, Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

2) **Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Carlos Duarte**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - E/8526/2016 – DENUNCIA – ESTADO DE DEGRADAÇÃO E ABANDONO DE MURO NA RUA DAS AMOREIRAS, S. PEDRO DE MOEL – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

680 - Presente requerimento registado sob o número E/8526/2016, datado de 17/10/2016, apresentado por **CRISTINA MARIA ALEXANDRE NOBRE**, proprietária da morada sita na Rua das Amoreiras, n.º 14, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, e **JORGE MIGUEL ALEXANDRE NOBRE**, proprietário da morada sita na Rua das Amoreiras, n.º 16, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, a denunciar a existência de um muro em avançado estado de degradação e abandono, em risco de queda eminente, existente no prédio em frente a ambas as moradias, solicitando a intervenção da Câmara Municipal para garantir a segurança dos residentes, transeuntes, edificações e veículos que se encontram na proximidade do referido muro.

Presente informação subscrita pelos serviços de proteção civil, datada de 21/10/2016, na qual são identificadas patologias que demonstram a perigosidade da situação, quer no muro mencionado, quer na edificação sita na Rua Adolfo Leitão, n.º 18.

Após análise pedido e da informação datada de 21/10/2016, considerando que:

- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a Câmara Municipal pode, a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade existentes, sendo para tal determinação precedida da realização de vistoria, a determinar pela Câmara Municipal (art.º 90.º do RJUE);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

- De acordo com o disposto nos art.º 2079.º do Código Civil, a administração da herança, até à sua liquidação e partilha, pertence ao cabeça de casal;

**A Câmara Municipal delibera:**

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua Adolfo Leitão, n.º 18 e Rua das Amoreiras (tardoz), lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança aberta por óbito de José Manuel Roldão, representada por Adelina Maria Antunes Ferreira da Silva Roldão, na qualidade de cabeça de casal, com morada em Rua Rainha Dona Luísa de Gusmão, n.º 14, 3.º esquerdo, 1600-686 Lisboa, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pela proprietária.

NOTICAR os requerentes, bem como a proprietária do imóvel correspondente para estar presente na referida vistoria.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 23/11/2016, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Dra. Eunice Marques

**Membros suplentes:**

Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Engenheiro Vasco Fernandes

INFORMAR os requerentes, bem como a cabeça de casal da herança aberta por óbito de José Manuel Roldão, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 669/16, DATADO DE 27/04/2016 – PC N.º 155/16, DATADO DE 27/04/2016 – MÁRIO FELISMINO GASPAR**

681 - Presente requerimento n.º 669/16, datado de 27/04/2016, apresentado por MÁRIO FELISMINO GASPAR, com o NIF 105 262 676, residente na Rua da Salgueira, n.º 23, Garcia,

freguesia e concelho de Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 155/16, relativo ao pedido de emissão de **certidão de destaque** de parcela, a incidir sobre o prédio sito na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 603, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 6.123, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.911-P, com a área total de 3.322,00m², freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2016/10/21, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 1.726,00m², bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

**Após análise da pretensão, a Câmara delibera:**

**Mandar emitir a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se verificar que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 1.726,00 m² sobre o prédio sito na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 603, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 6.123, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.911-P, com a área total de 3.322,00m², freguesia e concelho de Marinha Grande, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, por se verificar que:**

- 1.- O prédio situa-se no interior do aglomerado urbano da Marinha Grande;**
- 2.- As duas parcelas resultantes do destaque, confrontam com arruamento público, sendo que a parcela a destacar, com 1.726,00 m², confronta a nascente com Rua da Indústria Metalúrgica e a poente com caminho público e a parcela restante, com 1.596,00 m², confronta a nascente com rua da Indústria Metalúrgica;**

**Mais delibera que na certidão a emitir deve constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º do RJUE, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - REQ. N. 1812/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 211/15, DATADO DE 19/06/2015 – MLRZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.**

682 - Presente Comunicação Prévia relativa à obra de “*Construção de um edifício habitacional*”, a levar a efeito no lote n.º 19 do Loteamento Urbano sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a que corresponde o processo camarário n.º 211/15, apresentado por **MLRZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.**, com o NIPC 513494340, e sede em Rua dos Fetos, n.º 173, lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente requerimento registado sob o n.º 1812/16, datado de 26/10/2016, pelo qual é solicitada a emissão de **certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal**, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2016/10/27, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera DEFERIR e MANDAR EMITIR A CERTIDÃO requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - REQ. N. 1813/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 303/15, DATADO DE 27/08/2015 – MLRZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.**

683 - Presente Comunicação Prévia relativa à obra de “*Construção de um edifício habitacional*”, a levar a efeito no lote n.º 20 do Loteamento Urbano sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a que corresponde o processo camarário n.º 303/15, apresentado por **MLRZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.**, com o NIPC 513494340, e sede em Rua dos Fetos, n.º 173, lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente requerimento registado sob o n.º 1813/16, datado de 26/10/2016, pelo qual é solicitada a emissão de **certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal**, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2016/10/27, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.



Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera DEFERIR e MANDAR EMITIR A CERTIDÃO requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - REQ. N. 1279/16, DATADO DE 27/07/2016 – PC N.º 364/2016, DATADO DE 27/07/2016 – LEIRIDIESEL – COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, S.A.**

684 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1279/16, datado de 27-07-2016, apresentado por **Leiridiesel – Comércio e Reparação de Veículos Automóveis, S.A.**, com o NIPC 505454882 e sede na Zona Industrial de Loulé, lote n.º 20, freguesia e concelho de Loulé, em que é solicitado parecer, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, favorável à constituição da compropriedade sobre o prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 4417, com a área de 0,18 ha, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10145, sito no Lugar de Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, resultante da venda do dito prédio a Joaquim Felismino Gaspar, Carlos Alberto Agostinho Gaspar e Maria Goreti Ferreira Varalonga Gaspar.

Presente parecer jurídico datado de 21-10-2016, informação dos serviços de fiscalização datada de 01-09-2006 e parecer técnico datado de 17-10-2016, todos sobre o assunto.

A Câmara Municipal analisou o pedido com registo de entrada n.º 1279/16, datado de 27-07-2016, apresentado por **Leiridiesel – Comércio e Reparação de Veículos Automóveis, S.A.**, com o NIPC 505454882, e sede na Zona Industrial de Loulé, lote n.º 20, freguesia e concelho de Loulé, em que é solicitado parecer favorável à constituição da compropriedade sobre o prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 4417, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10145, com a área de 0,18 ha, sito no Lugar de Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, resultante da venda deste último a Joaquim Felismino Gaspar, Carlos Alberto Agostinho Gaspar e Maria Goreti Ferreira Varalonga Gaspar, bem como parecer jurídico, datado de 21-10-2016 e parecer técnico de 17-10-2016, ambos sobre o assunto e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes dos referidos pareceres, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, cujo teor passa a fazer parte integrante da presente deliberação e que se anexam, delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à constituição da compropriedade nos termos requeridos, por não se vislumbrar, na realização do referido negócio jurídico, qualquer fuga ao regime jurídico dos loteamentos urbanos, consagrado no Decreto-lei n.º 555/99 de 15 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

O presente parecer não pode ser invocado para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico que não a constituição da dita compropriedade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18 - E/6136/2016 - SOLICITA A MARCAÇÃO DE ESTACIONAMENTO PARA CARGAS E DESCARGAS PERTO DA SUA LOJA, SITA NA RUA PIRES DE CAMPOS Nº 66-A - VIEIRA DE LEIRIA - MARIA DE LURDES RIBEIRETE VAZ**

685 - Presente ofício com o registo de entrada n.º 6136/2016, datada de 19-08-2016, apresentada, por Lurdes Vaz, a solicitar a **marcação de estacionamento para cargas e descargas perto da sua loja, sita na Rua Pires de Campos nº 66-A - Vieira de Leiria.**

Presente informação técnica RV-40-2016 de 14-09-2016, a propor uma solução para o caso.

Considerando que:

- Existe necessidade da reserva de um espaço para cargas e descargas devido à localização do espaço comercial em referência e ao tipo de atividade de venda de rações para animais;
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e propõem a colocação de um sinal de estacionamento autorizado – H1a e um painel adicional modelo 10 b – Cargas e Descargas, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98. Propõem ainda a colocação do sinal, num lugar da gare de estacionamento em frente à loja.

**A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar um sinal de estacionamento autorizado/ H1a e um painel adicional modelo 10 b – Cargas e Descargas, num lugar da gare de estacionamento em frente à loja com o nº 66-A, na Rua Pires de Campos - Vieira de Leiria.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - E/6589/2016 - PEDIDO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO POR TER NECESSIDADE CONSTANTE DE PRESTAR APOIO À FAMÍLIA COM INCAPACIDADE - FRANCISCO PLÁCIDO MADEIRA DOS SANTOS**

686 - Presente exposição, com o registo de entrada n.º 6589/2016, datada de 02-08-2016, apresentada, por Francisco Plácido Madeira dos Santos morador na Rua das Antónia Maria da Silva nº 117-r/c Dtº - 2430-181 Marinha Grande, a solicitar que lhe seja concedido espaço de estacionamento no estacionamento existente em frente à sua residência.

Presente informação técnica por via da Gestão Documental da Câmara Municipal de 04-10-2016, a propor uma solução para o caso.

Considerando que:

- O prédio onde o requerente reside na Rua António Maria da Silva n.º 117, tem uma gare de estacionamento com três lugares de estacionamento, podendo um lugar ser reservado ao estacionamento para veículos portadores do dístico de deficientes.
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e propõem a colocação de um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional Modelo 11d, no lugar de estacionamento mais próximo da entrada do prédio do requerente, na gare de estacionamento existente.

**A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional Modelo 11d, no lugar de estacionamento mais próximo da entrada do prédio do requerente na gare de estacionamento existente, na Rua António Maria da Silva n.º 117.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**20 - I/1199/2015 - FALTA DE SINALIZAÇÃO NA AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES - S. PEDRO DE MOEL – EXPOSIÇÃO DA SRª CIDALINA DE JESUS MENDES BENTO**

687 - Presente exposição, com o registo de entrada n.º I/1199/2015, datada de 11-09-2015, apresentada ao balcão de atendimento da CMMG, por Cidalina de Jesus Mendes Bento moradora na Rua das Portas Verdes nº 25-A - 1.º Dtº- 2430-309 Marinha Grande para reclamar da falta de sinalização na Avenida José Nobre Marques em S. Pedro de Moel, (sentido proibido ou estacionamento proibido), o que está a originar que muitos munícipes estejam a receber agora as multas nas suas residências.

Presente informação técnica por via da Gestão Documental da Câmara Municipal de 04-10-2016, a propor uma solução para o caso.

Considerando que:

- De acordo com o código da Estrada artigo 49 e artigo 50 não se pode estacionar na Av. José Nobre Marques na via descendente da faixa de rodagem, porque impede a circulação de veículos nos dois sentidos de trânsito. Por outro lado a via encontra-se delimitada por linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem, que indica que é proibido parar ou estacionar desse lado da faixa de rodagem e em toda a extensão dessa linha;
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e consideraram, reforçar a sinalização de proibição de estacionamento com a colocação de um sinal de estacionamento proibido (C15) no início da Av. José Nobre Marques no sentido descendente.

A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar reforçar a sinalização de proibição de estacionamento com a colocação de um sinal de estacionamento proibido (C15) no início da Av. José Nobre Marques no sentido descendente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **21 - REQUALIFICAÇÃO DAS VARANDAS DOS BLOCOS 1, 3 E 5 DA RUA JÚLIO BRAGA BARROS – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIAS**

688 - Presente informação CS/21/2016, datada de 06/10/2016, respeitante à requalificação das Varandas dos Blocos 1, 3 e 5 da Rua Júlio Braga Barros, por se ter detetado a existência de corrosão nas armaduras, a qual originou a rotura do recobrimento do betão em alguns pontos, provocando a queda de pedaços de betão na zona do passeio;  
Presente listagem respeitante aos proprietários das 13 frações dos 3 blocos em causa, propriedade de particulares.

Considerando que:

- A intervenção a realizar prevê a reparação de todas as varandas dos 48 fogos existentes nos três blocos, uma vez que os trabalhos não poderão ser promovidos apenas em parte das varandas;
- Existem quatro proprietários que se recusam a participar nas obras;
- As varandas fazem parte integrante da fachada dos edifícios e no presente caso, devido à existência de marquises, a recusa de intervenção por parte destes proprietários vai impedir a realização de obras no teto das varandas imediatamente acima. Assim sendo, será um trabalho feito pela metade, inacabado e incompleto;
- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a Câmara Municipal pode determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade existentes, sendo para tal determinação precedida da realização de vistoria, a determinar pela Câmara Municipal (art.º 90.º do RJUE);

**A Câmara Municipal delibera:**

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIAS às varandas das frações correspondentes ao Rés-do-Chão A e 2.ªA do Bloco 1, ao Rés-do-Chão A do Bloco 3 e 1.ªB e 1.ª C do Bloco 5, sitos na Rua Júlio Braga Barros, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade, respetivamente, de Tânia Brazão, Maria

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

**Fernanda Rosa Pereira, Joaquim José Santos, Manuel Rosa Silva Moreira e José Maria Serrano Soares, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade.**

**NOTICAR os proprietários dos imóveis em causa para estarem presentes nas referidas vistorias.**

**DETERMINAR que as vistorias sejam realizadas no dia 23/11/2016, das 11h00 às 12h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:**

**Membros efetivos:**

**Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Dra. Eunice Marques**

**Membros suplentes:**

**Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Engenheiro Vasco Fernandes**

**INFORMAR os proprietários das frações identificadas, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22 - E/4890/2016 - ESTACIONAMENTO NA TRAVESSA DO PASSAL – JUNTO AO JARDIM LUÍS DE CAMÕES - MARINHA GRANDE.**

689 - Presente participação, com o registo de entrada n.º 1890, datada de 30-05-2016, apresentada pela Polícia de Segurança Pública, aludindo que o estacionamento na referida travessa impede a circulação de peões e que não existe qualquer tipo de sinalização que impeça o estacionamento de viaturas.

Presente informação técnica RV/39/2016 de 30-09-2016, a propor uma solução para o caso.

Considerando que:

- A Travessa do Passal dá acesso a duas garagens e às traseiras de um espaço comercial a partir da Rua Marquês de Pombal, estando interrompida a circulação de viaturas a partir do limite do Jardim, devido à existência de marcos em betão (Pinos).

- O acesso à Travessa do Passal também pode ser feito através da Av. D. Dinis para acesso sobretudo das viaturas ao café esplanada existente no Jardim e devido à interrupção física existente dos marcos em betão, as viaturas estacionam junto aos

marcos de betão da travessa, condicionando a circulação de peões e de pessoas com mobilidade reduzida;

- Os serviços técnicos camarários analisaram a situação e propõem a remoção dos marcos de betão (Pinos) existentes na Travessa do Passal, de modo a permitir a circulação de viaturas no sentido Rua Marquês de Pombal - Av. Diniz dos moradores bem como operações de cargas e descargas e colocação da seguinte sinalização:
- Colocação de um sinal de trânsito proibido (C2) e duas placas adicionais modelo 10a com indicação excepto cargas e descargas e excepto a moradores, no início da travessa do Passal, sentido Rua Marquês Pombal - Av. D. Dinis;
- Colocação de um sinal de trânsito proibido (C2), no início da travessa do Passal, sentido Av. D. Dinis - Rua Marquês Pombal;
- Colocação de um sinal STOP (B2) e de um sentido obrigatório (D1a), na intersecção da Travessa do Passal com a Av. D. Dinis;
- Remoção dos marcos de betão (Pinos) existentes na Travessa do Passal, de modo a permitir a circulação de viaturas no sentido Rua Marquês de Pombal - Av. Diniz dos moradores e operações de cargas e descargas.

**A Câmara Municipal, depois de analisar a referida participação, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar remover o Marcos de betão (Pinos) existentes na Travessa do Passal e colocar os seguintes sinais:**

- Sinal de trânsito proibido (C2) e duas placas adicionais modelo 10a com indicação excepto cargas e descargas e excepto a moradores, no início da travessa do Passal, sentido Rua Marquês Pombal - Av. D. Dinis;
- Sinal de trânsito proibido (C2), no início da travessa do Passal, sentido Av. D. Dinis - Rua Marquês Pombal;
- Sinal STOP (B2) e um sentido obrigatório (D1a), na intersecção da Travessa do Passal com a Av. D. Dinis.

**Com esta solução não só se continua a assegurar a circulação de peões e de pessoas com mobilidade reduzida, como também se assegura as operações de cargas e descargas e de acesso às garagens existentes na Travessa do Passal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **23 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

690 - O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas a decorrer no dia 5 de novembro de 2016.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Embelezamento das sepulturas perpétuas n.º 4 e 5 do Talhão reservado aos Bombeiros Voluntários de Marinha Grande

Presente a informação nº 79/LS de 21 de outubro de 2016 e a informação nº 80/LS de 28 de outubro de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Clube Desportivo Moitense e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela emissão da autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas e para embelezamento das sepulturas perpétuas n.º 4 e 5 do Talhão reservado aos Bombeiros Voluntários de Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **24 - 22.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016**

691 - Presente proposta da 22ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**21ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2016**, no valor de 74.203,00 euros nos reforços e de 74.203,00 euros nas anulações;

**16.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016** no valor de 22.660,00 euros nos reforços e de 22.660,00 euros nas anulações;

**21.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2016** no valor de 44.495,00 euros nos reforços e de 36.743,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 22ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente, no entanto deve o Presidente implementar medidas concretas no sentido de tornar mais eficientes os serviços municipais:*

*1 – as especificações devem conter, apenas e só, as características fundamentais pretendidas;*

*2 – os desvios verificados nas rubricas 2014/A/94 e 2014/A/86 devem ser corrigidos, eliminando as suas causas.”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para almoço, que decorreu das 13:45 horas às 15:20 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**25 - P.A. N.º 72/2016-AP/DISU – “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.**

692 - Presente a informação TF.14.2016 e requisição interna 20811/2016, da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade da contratualização do “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2017.



Presente igualmente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento de *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, é de 1.334.006,18 euros, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objecto do contrato a celebrar e que atento o preço base apurado o procedimento a adotar é o concurso público com publicidade internacional, nos termos dos artigos 16.º, n.º1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2017 e 2018 para o *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399, ações do PAM 2016/A/5 e 2016/A/190.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/10/2016, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e de acordo com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera:**

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adoptar o procedimento de concurso público com publicidade internacional, com vista à aquisição do fornecimento de energia elétrica para o concelho de Marinha Grande, conforme proposta dos serviços;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:

- Telmo Faria, Presidente;
- Carla Lucas, Vogal;
- Sara Vidal, Vogal;
- Jorge Junqueira, Vogal Suplente;
- José Carvalho, Vogal Suplente.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - P.A. N.º 37/2015-AP/DCD - CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES, PARA O ANO LETIVO 2015/2016. LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO.**

693 - No âmbito do P.A. N.º 37/2015-AP/DCD – *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o ano lectivo 2015/2016”* o adjudicatário UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., NIPC 501 323 325, prestou caução mediante apólice de seguro n.º 0080.10.004823, da AXA PORTUGAL, Companhia de Seguros, S.A., datada de 31/07/2015, no valor de 14.866,11 euros (catorze mil, oitocentos e sessenta e seis euros e onze centimos).

Considerando que os serviços objecto do supra referido contrato terminaram a 29/07/2016.

Considerando a informação I/1DCD/2016 de 14 de outubro de 2016, da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que é informado que não existe qualquer impedimento na liberação integral da caução prestada no âmbito do presente processo.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos e tendo em conta o teor da informação I/1DCD/2016, delibera autorizar a liberação da caução prestada pelo co contratante UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. no âmbito do P.A. N.º 37/2015-AP/DCD – *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o ano lectivo 2015/2016”*, no valor de 14.866,11 euros (catorze mil, oitocentos e sessenta e seis euros e onze centimos).**

**Mais delibera que a liberação da caução seja comunicada à AXA PORTUGAL, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. e dessa comunicação seja dado conhecimento ao co contratante.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA PARA APOIO FINANCEIRO - INFRAESTRUTURAS - CELEBRADO COM A SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1º DE DEZEMBRO**

694 - Presente deliberação, datada de 26 de novembro de 2015, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 março, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, atribuir apoio financeiro de 2.000€ à Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro – Pero Neto, para melhoria dos equipamentos de cozinha e aquisição de equipamentos para reforço de projeto de segurança contra riscos de incêndios.

Presente contrato programa celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro – Pero Neto, datado de 3 de dezembro de 2015, através do qual são estabelecidas as obrigações do segundo outorgante.

Considerando que nos termos da alínea l) da cláusula 2.ª do referido contrato, constitui obrigação Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato programa e a identificação das receitas.

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, as entidades beneficiárias de apoios financeiros organizam a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos com o contrato-programa e a identificação de receitas.

Considerando que as normas em apreço são aplicáveis, por força da lei, no âmbito de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a realização de Programas de Desenvolvimento Desportivo e Patrocínio Desportivo, nos termos dos artigos 9.º e 11º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e não em contratos de outra natureza.

Considerando que o objeto do contrato programa é a atribuição de uma subvenção pública, de natureza financeira, para a melhoria dos equipamentos de cozinha e aquisição de equipamentos para reforço de projeto de segurança contra riscos de incêndios.

Considerando que não se trata de um projeto, atividade ou equipamento de natureza desportiva;

Considerando por fim, que não é possível à Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro o cumprimento da alínea l) da cláusula 2.ª do referido contrato por não ter a sua contabilidade organizada por centros de custos.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo do artigo 173º, que remete para os artigos 169, nº1, 170º, nº1 e 171º, nº1 do Código do Procedimento Administrativo, publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, revogar a alínea l) da cláusula 2ª do contrato programa de apoio a infraestruturas,**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

celebrado em 3 de dezembro de 2015 com Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro e aprovar a minuta de adenda ao contrato em anexo (Anexo 2).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**28 - ADENDA AO CONTRATO PROGRAMA PARA APOIO FINANCEIRO - INFRAESTRUTURAS - CELEBRADO COM A SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA**

695 - Presente deliberação, datada de 29 de outubro de 2015, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, atribuir apoio financeiro de 10.000€ à Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura, para substituição das telhas da cobertura da sede.

Presente contrato programa celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura, datado de 13 de novembro de 2015, através do qual são estabelecidas as obrigações do segundo outorgante.

Considerando que nos termos da alínea l) da cláusula 2.ª do referido contrato, constitui obrigação Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura, organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato programa e a identificação das receitas.

Considerando que o n.º 1 da cláusula 4.ª remete pela execução de um contrato programa de desenvolvimento desportivo.

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, as entidades beneficiárias de apoios financeiros organizam a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos com o contrato-programa e a identificação de receitas.

Considerando que as normas em apreço são aplicáveis, por força da lei, no âmbito de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a realização de Programas de Desenvolvimento Desportivo e Patrocínio Desportivo, nos termos dos artigos 9.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e não em contratos de outra natureza.

Considerando que o objeto do contrato programa é a atribuição de uma subvenção pública, de natureza financeira, para a substituição de telhas da cobertura da sede da coletividade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

Considerando que não se trata de um projeto, atividade ou equipamento de natureza desportiva;

Considerando por fim, que não é possível à Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura o cumprimento da alínea l) da cláusula 2.ª do referido contrato por não ter a sua contabilidade organizada por centros de custos.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo do artigo 173.º, que remete para os artigos 169, n.º 1, 170.º, n.º 1, 171.º, n.º 1 e 174, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, revogar a alínea l) da cláusula 2.ª do contrato programa de apoio a infraestruturas, assinado em 13 de novembro de 2015, entre a Câmara Municipal da Marinha Grande e a Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura, e retificar o n.º 1 da cláusula 4.ª do contrato programa de apoio a infraestruturas citado, passando o mesmo a ter a seguinte redação: " 1. Pela execução do contrato programa o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de 10.000€ (dez mil euros)".

Delibera ainda aprovar a minuta de adenda ao contrato em anexo (Anexo 3).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 29 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ÁREA SOCIAL: COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS (C.R.P.I.)

Durante a discussão deste ponto verificou-se uma troca de impressões entre a **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** sobre a execução do regulamento e os critérios a seguir. A Sr.ª Vereadora pediu sugestões, o Sr. Vereador Aurélio disse que precisa de uma base de trabalho.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** também entende que se deve começar a discutir para se chegar à fórmula, que não existe, mas que tem de ser encontrada, embora tenha que haver sempre algum poder discricionário do gestor.

A **Sr.ª Vereadora** disse que já foram dadas instruções aos serviços nesse sentido. Agradece todos os contributos e gostaria que se fizesse uma reunião de trabalho específica para este assunto.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** entende que deve ser o executivo permanente a dar a base de trabalho e os Vereadores darão as sugestões.

A **Sr.ª Vereadora** referiu que os serviços estão a trabalhar no sentido de trazer as candidaturas a reunião até ao final do ano, para se fazer o apoio no 1.º semestre de 2017. Mas há o problema na entrega dos documentos por parte dos clubes e que são permanentemente pedidos pelos serviços.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que concordava com a proposta da Sr.ª Vereadora, só falta marcar a data dessa reunião de trabalho. Entende que se devem acabar os subsídios para os almoços e apoiar antes as associações de reformados de outra forma. Na sua opinião é necessário definir o montante máximo com que se quer apoiar as várias áreas, neste caso para a área social, e é agora, no orçamento para 2017, que deve ser feito, até para que as coletividades saibam aquilo que a Câmara vai apoiar.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que neste ponto concorda com o Sr. Vereador Carlos Logrado.

A **Sr.ª Vereadora** informou que já tem um diagnóstico social do concelho e que aponta para algumas áreas, nomeadamente a 3.ª idade.

#### **Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:**

696 - Presente deliberação n.º 207 de 31 de março de 2016, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

#### **ATIVIDADES PONTUAIS:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/7901/2015	CRPI – Comissão de Reformados Pensionistas Idosos	506171795	Almoço Convívio de Natal 2016	25

A candidatura admitida tem como propósito promover o convívio, a partilha de experiências e conhecimentos, o bem-estar e satisfação entre a camada mais idosa da população.

Presente informação n.º 1527/2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 06 /10/2016, na qual se dá conta à Câmara Municipal que a candidatura da C.R.P.I. - Comissão de Reformados, Reformados Idosos - preenche todos os requisitos previstos no n.º 6 do regulamento, propondo-se assim a atribuição de apoio financeiro à referida entidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que a referida candidatura admitida se reveste de considerável interesse municipal, pela forma como contribuiu para o combate ao isolamento social deste estrato da população;

Considerando que a candidatura, cumpre com as obrigações enumeradas/previstas no regulamento;

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da ação social nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando, por fim, os critérios definidos no regulamento, a verba prevista em Plano de Atividades Municipal e uma vez avaliados estes fatores.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ATIVIDADES PONTUAIS:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
CRPI – Comissão de Reformados Pensionistas Idosos	Almoço Convívio de Natal 2016	506171795	25	2015/A/111	1.500,00€
TOTAL					1.500,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar as minutas dos contratos programas em anexo (Anexo 4), a**

celebrar com a entidade beneficiária e aprovar como data de produção de efeitos do contrato-programa, o dia 16 de abril de 2016.

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”*

**30 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ÁREA SOCIAL: CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.**



697 - Presente deliberação datada de 8 de setembro de 2016, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**ATIVIDADES PONTUAIS:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/7938/2015	Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande	504190466	Festa de Natal	26

A candidatura admitida tem como objetivo a realização da Festa de Natal do corrente ano, direcionada a todos os funcionários da CMMG, sejam eles associados ou não e respetivas famílias. Trata-se de um evento que visa essencialmente o convívio/confraternização entre todos.

Presente informação n.º 1308/2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 16 de setembro de 2016, a dar conta que estão reunidas todas as condições para a definição do benefício a atribuir à Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande- propondo-se a atribuição do apoio financeiro à referida entidade.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, as transferências a efetuar pelas autarquias para as instituições constituídas por trabalhadores municipais, não podem exceder, por cada instituição, uma verba correspondente a 3,5% do somatório das remunerações e pensões respetivamente, dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária.

Considerando que de acordo com informações da Divisão de Administração e Modernização, o valor mensal da remuneração íliquida dos trabalhadores no ativo, inscritos na Casa do Pessoal, considerando as remunerações do mês de setembro é de 199.979,50€, sendo o somatório anual no valor de 2.399.754,00€;

Considerando que o valor do apoio financeiro a atribuir cumpre os limites legais estabelecidos, dado que o valor apurado é de 83.991,39€.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;

c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

**Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea p) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande	Festa de Natal	504190466	26	2015/A/199	16,500,00€
TOTAL					16,500,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo (Anexo 5), a celebrar com a entidade beneficiária e aprovar como data de produção de efeitos do contrato-programa, o dia 16 de abril de 2016.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Nos 3 anos de mandato afirmei sempre que a atribuição deste subsídio deixa de fora, injustamente, os funcionários da Câmara que não são sócios da Casa de Pessoal. Propus sempre que fosse alterado o protocolo de forma a que o jantar de Natal e o cabaz fosse extensivo a todos os funcionários da Câmara. Mais um ano, não se quis corrigir esta injustiça. O meu voto contra é mais uma tentativa de se criar um sistema mais justo e extensivo a todos os funcionários.”*

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Concordando com a sugestão dada pelo Vereador Logrado, penso que não é fácil encontrar uma solução justa nesta altura, e que à data não deve ser alterado o procedimento desta candidatura, que foi organizada e apresentada com base nos critérios existentes, porque alterar agora as regras, em vez de favorável, poderia trazer algum constrangimento difícil de sanar para a Casa de Pessoal. Penso que deveremos manter as regras para 2016, e depois definir as regras do próximo ano.”*

**O Sr. Presidente subscreveu a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

**31 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ÁREA SOCIAL: ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS (ASURPI)**

Assunto retirado da ordem do dia para completar o processo.

**32 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – SPORT OPERARIO MARINHENSE**

Assunto retirado da ordem do dia para completar o processo.

**33 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA**

698 - Em reunião de Câmara de 1 de setembro de 2016, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), **admitir a candidatura com a E/9373/2015, da BIP – Biblioteca de Instrução Popular, para a reabilitação do espaço da sala de leitura da biblioteca.**

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais, considera-se atribuir o seguinte apoio financeiro:

**ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA**

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/9373/2015	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Reabilitação do Espaço da Sala de Leitura	501459472	31,8	2.000€
<b>TOTAL</b>					<b>2.000,00€</b>

Trata-se de projeto importante para a promoção do bem-estar das populações, a promoção da leitura, a fruição cultural e o desenvolvimento cultural do concelho, razão pela qual deve ser apoiada no montante proposto.

**Deste modo, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder:**

**1. Ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Reabilitação do Espaço da Sala de Leitura	501459472	31,8	2015/A/177	2.000,00€
<b>TOTAL</b>					<b>2.000,00€</b>

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cuja minuta geral se anexa.

**Deste modo, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 6) a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."*

*Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção. Por essa razão entendo abster-me nesta votação."*

**34 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ÁREA SOCIAL: PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL. – ENCONTRO REGIONAL DAS UNIVERSIDADES SÉNIOR DO OESTE**

Assunto retirado da ordem do dia para completar o processo.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

**35 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ÁREA SOCIAL: PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL. – INTERCÂMBIO DE TUNAS SÉNIOR**

Assunto retirado da ordem do dia para completar o processo.

**36 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ÁREA SOCIAL: PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL. – SEMANA DO IDOSO – SEMANA ABERTA**

Assunto retirado da ordem do dia para completar o processo.

**37 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA À S. SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA – 22 DE SETEMBRO DE 2016**

699 - Na sequência do e-mail apresentado pela São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita, datado de 17/10/2016, e da exposição feita em reunião de câmara do dia 20/10/2016, em que manifestaram a impossibilidade da execução, até 15 de Dezembro, das obras que constavam da candidatura admitida em reunião de câmara de 31/03/2016, nomeadamente da construção da Fase 1.1. e 1.2. das futuras instalações do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial para Idosos, no valor de 252.334,08 euros;

Solicitou a S. Silvestre que o apoio que a câmara atribuiu no valor de 150.000,00 euros (cento e cinquenta mil euros) - atribuído em reunião de câmara de 22/09/2016 - ficasse afeto apenas à construção da fase 1.1 das futuras instalações do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial para Idosos, no valor de 181.776,34 euros.

O contrato que regulava os termos deste apoio financeiro não foi assinado pela São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita.

Considerando que:

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

A São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita manifestou a impossibilidade da execução das obras de construção da Fase 1.1. e 1.2. até 15 de Dezembro, que constavam da candidatura admitida em reunião de câmara de 31/03/2016, tendo proposto à Câmara, na reunião de 20 de outubro de 2016 a alteração do objeto do apoio financeiro.

Atenta a disponibilidade demonstrada para o efeito.

**A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 165.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 167.º do Código do Procedimento Administrativo, a revogar a deliberação de atribuição de 150.000,00 euros de apoio financeiro à São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita, atenta a impossibilidade manifestada de execução das obras de construção da Fase 1.1. e 1.2. nos termos previstos no contrato programa.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**38 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA - FASE 1.1. DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, CENTRO DE DIA, CENTRO DE CONVÍVIO E ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS**

700 - Na sequência do e-mail apresentado pela São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita, datado de 17/10/2016, e da exposição feita em reunião de câmara do dia 20/10/2016, em que manifestaram a impossibilidade da execução das obras, até 15 de Dezembro, que constavam da candidatura admitida em reunião de câmara de 31/03/2016, nomeadamente da construção da Fase 1.1. e 1.2. das futuras instalações do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial para Idosos, no valor de 252.334,08 euros;

Solicitou a S. Silvestre que o apoio que a câmara atribuiu no valor de 150.000,00 euros (cento e cinquenta mil euros) - atribuído em reunião de câmara de 22/09/2016 - ficasse afeto apenas à construção da fase 1.1 das futuras instalações do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial para Idosos, no valor de 181.776,34 euros.

Considerando que:

Aponta o nosso diagnóstico social como primeira prioridade a terceira idade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

Trata-se de uma candidatura que tem como objetivo o apoio à realização de uma obra de raiz para Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial para Idosos.

A São Silvestre já há alguns anos tem desenvolvido um excelente trabalho nesta área com o centro de dia e o apoio domiciliário.

É imperioso por parte do concelho apoiar esta área, que tantas carências manifesta, e com o aumento da esperança de vida ainda se revelará mais premente no futuro.

“A candidatura admitida visa a construção de um edifício que irá comportar quatro valências, designadamente Centro de Dia, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Idosos.”

A São Silvestre manifestou a impossibilidade da execução das obras de construção da Fase 1.1. e 1.2. até 15 de Dezembro, que constavam da candidatura admitida em reunião de câmara de 31/03/2016.

Considerando que a anterior deliberação de atribuição de apoio financeiro à São Silvestre para construção das fases 1.1 e 1.2 foi revogada na reunião de Câmara de 3 de novembro de 2016.

**A Câmara Municipal delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 150.000,00 euros à São Silvestre - Associação de Solidariedade Social da Moita, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Rua Figueira de Gomes n.º 4 2445-611 Moita MGR, NIPC 506617939, para a construção da fase 1.1 das futuras instalações do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial para Idosos.**

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo (Anexo 7), a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **39 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DO JARDIM LUÍS DE CAMÕES**

Assunto retirado da ordem do dia para completar o processo.



#### **40 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dois de novembro de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.786.389,53€** (treze milhões, setecentos e oitenta e seis mil trezentos e oitenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **ESTUDO PARA O MERCADO MUNICIPAL**

Depois de terminada a ordem do dia, o **Sr. Presidente** informou todo o executivo das 6 propostas apresentadas pelas empresas consultadas para realizar o estudo de mercado e opinião para o Mercado Municipal.

Tendo em conta que os documentos foram antecipadamente enviados a todos os Srs. Vereadores, o Sr. Presidente perguntou se se queriam pronunciar.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que gostava que o assunto tivesse sido agendado, tendo o **Sr. Presidente** referido que apesar de não ter sido agendado ficará uma nota na ata desta reunião.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que todas as empresas consultadas fazem parte da associação de empresas que fazem estudos de mercado e de opinião – APODEMO.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não lhe é possível comparar o incomparável, até porque numa das propostas não consta a ficha técnica.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que, como homem da Marinha Grande, pensa que são os eleitos que sabem o que as pessoas querem e aquilo que pensam, tanto mais que fizeram campanha na rua, e por isso não vê necessidade deste estudo.

As pessoas querem higiene e limpeza e querem espaço para estacionar. Por si abdicava destes estudos e avançava para um estudo de um espaço multifuncional, que desse para tudo e que atraísse gente. Os eleitos são os representantes do povo e eles é que sabem o que a população quer.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que percebe o entusiasmo do Sr. Vereador António Santos, mas perante tanta polémica que existiu e ainda existe, e independentemente de ser o executivo a decidir, entende que se devem consultar as pessoas, porque se trata de uma situação com alguma delicadeza.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** perguntou se se vai deixar à descrição das pessoas o local ou se se vão sugerir os locais.

O **Sr. Presidente** informou que primeiro escolhe-se a empresa e depois todos reunirão com ela para lhe dar as sugestões dos locais a pôr à discussão, e que a seu tempo se verá quais são.

Seguiu-se uma troca de impressões sobre as propostas apresentadas, sendo consensual o interesse em duas das empresas, pelo que foi sugerido pelos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Vítor Pereira que se falasse com as referidas empresas, para pedir mais referências e mais informação sobre as propostas.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que é adepto da democracia participativa, embora isso possa trazer alguns problemas. O estudo é interessante porque dá indicações mas não pode ser vinculativo, porque não pode tirar ao executivo o poder de decidir. Agradou-lhe saber e ouvir que isto não se vai decidir sem falar com os Vereadores, e, na sua opinião, há quatro grupos a ouvir: os comerciantes do mercado, os comerciantes que não são do mercado, os clientes do mercado e os clientes que não vão ao mercado. Este estudo não deve ser impedimento para não se encontrar uma solução para o mercado, que é fundamental fazer e já no próximo ano.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou que a APODEMO foi já contactada e diz que as empresas são todas certificadas e que pode atestar isso, e todas elas estão disponíveis para fazer uma reunião preparatória antes de avançar para o estudo.

O **Sr. Presidente** esclareceu que este estudo é uma base de informação para a decisão, que é do executivo municipal, porque não quer correr o risco de termos um novo ATRIUM.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que a Câmara tomou a decisão de fazer o estudo do mercado, está decidido, está na revisão e foi aceite. Agora está aqui a discussão da empresa que vai fazer o estudo e é nisso que todos se devem centrar. Do que ouviu pensa que se chegou a um consenso de duas empresas, a GFK e a Cemase, embora até se tenha chegado à conclusão de quem se iria contratar, por ser a empresa que dá mais garantias. Neste momento é só decidir para avançar e marcar a reunião de todos com a empresa.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

O **Sr. Presidente** referiu que se vai então pedir à GFK os itens do trabalho que estão esquematizados na proposta da Cemase, e que a esta se irá pedir o portfólio dos trabalhos deste ano.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que é a GFK que tem o melhor preço, é a empresa mais credível e deverá seguir a metodologia que o executivo quer. Pensa que todos concordam que se faça o contacto rapidamente e que a reunião seja já para a próxima semana.

O **Sr. Presidente** disse que já obteve a perceção de todos, mas nesta altura não sabe onde será o mercado.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Embora já com a reunião terminada, foram ainda marcadas as seguintes reuniões de trabalho:

- o Sr. Presidente marcou uma reunião para a elaboração do orçamento de 2017 para o dia 10/11/2016, às 09:30 horas;
- a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália Ferreira marcou a reunião para definir os critérios de atribuição dos valores para incluir no regulamento dos apoios para o dia 14/11/2016, às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

701 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:00 horas.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/11/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 28

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
---